

## Projeto de texto:

**Tese:** A falta de acesso democrático ao cinema no Brasil, especialmente nas regiões menos favorecidas, impede o pleno exercício do direito ao lazer e à cultura, contrariando a Constituição Federal e prejudicando o bem-estar da população. Essa situação é agravada pela negligência do Estado e pela insuficiente cobertura da mídia sobre o tema;

**Argumento 1/ Desenvolvimento 1:** Negligência governamental;

**Argumento 2/ Desenvolvimento 2:** Escassa abordagem do problema

**Repertório/s:** Constituição Federal do Brasil e filósofo Friedrich Nietzsche;

**Proposta de intervenção:**

- Quem/ Agente : Estado;
- O que/ Ação : Investir na ampliação do alcance desse programa cultural;
- Como/ Modo ou meio : Capitalização das empresas exibidoras;
- Por que/ Efeito : Acessibilidade a essa atividade de exibição seja garantida de forma igualitária
- Pra que/ Detalhamento : Concessão de subsídios fiscais a instituições privadas (modo/meio);

## Redação:

“Segundo o filósofo Friedrich Nietzsche, a arte existe para impedir que a realidade nos destrua. Sob essa ótica, é inegável a praticidade das expressões culturais para a promoção do bem-estar do homem moderno. No entanto, ao se observar o caráter excludente do acesso ao cinema no Brasil, é notório que essa imprescindibilidade não tem sido considerada no país. Nesse sentido, pode-se afirmar que a negligência governamental e a escassa abordagem do problema agrava essa situação.

Primeiramente, é válido destacar que a displicência estatal colabora com esse cenário. De acordo com o Artigo 6º da Constituição Federal do Brasil, promulgada no ano de 1988, todo cidadão brasileiro tem direito ao lazer. Entretanto, ao se analisar a concentração de cinemas nas áreas de renda mais alta das grandes cidades, é indiscutível que essa premissa constitucional não é valorizada pelo governo nacional. Dessa maneira, é importante salientar que essa má atuação do Estado provoca o acesso desigual a essa atividade de exibição por parte da população e, conseqüentemente, garante a condição de subcidadania de diversos indivíduos.

Além disso, é pertinente ressaltar que a insuficiente exposição dessa problemática contribui para a não democratização desse programa cultural. Nessa perspectiva, muitas vezes, a mídia negligencia o debate acerca da ausência de lazer nas periferias urbanas e no interior do país, o que faz com que a carência de

cinemas nessas regiões não seja denunciada. Dessa forma, é indubitável que a pouca abordagem midiática com relação ao caráter restritivo do universo cinematográfico proporciona a perpetuação da concentração regional dessa atividade de exibição.

Torna-se evidente, portanto, que o acesso não democrático ao cinema no Brasil é um entrave que precisa ser solucionado. Sendo assim, o Estado deve investir na ampliação do alcance desse programa cultural, por meio da capitalização das empresas exibidoras. Isso pode ocorrer, por exemplo, com a concessão de subsídios fiscais a instituições privadas que, comprovadamente, promovam a construção de cinemas nas áreas carentes do país, a fim de que a acessibilidade a essa atividade de exibição seja garantida de forma igualitária. Ademais, a mídia deve elaborar reportagens de denúncia, as quais exibem a carência desse tipo de lazer nas periferias urbanas. Desse modo, certamente, a afirmação de Nietzsche será vivenciada por todos os cidadãos brasileiros."

**Autor(a): Juliana Souza, 18 anos, Rio de Janeiro (RJ)**

**Fonte: INEP**

TEWOTA